

VERGONHA SUPREMA

COM OUTRA BRIGA DE BOTEQUIM E SALVAÇÃO DE UMA MORDOMIA DA TOGA, A ALTA CÔRTE SE SUPERA. MAS ADIA PARA 4 DE ABRIL O JULGAMENTO DO *HABEAS CORPUS* DE LULA, QUE ATÉ LÁ NÃO PODERÁ SER PRESO

por ANDRÉ BARROCAL

O ibope da turma da toga vai mal no País. De cada 10 brasileiros, 8 acreditam que a Justiça é lenta e cara, 7 suspeitam de sua honestidade e competência, 6 acham pouco ou nada independente, só 24% confiam nela, 10 pontos menos do que em 2013. A confiança no símbolo máximo do Judiciário, o Supremo Tribunal Federal, é igual, todos os dados constantes de uma pesquisa anual da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. E se os pesquisadores fossem às ruas agora? No embalo das águas de

março, o STF protagonizou um espetáculo lamentável nos últimos dias, com episódios dignos de abalar o que resta de fé na Corte e na Justiça campeã mundial de gastos. Uma semana destinada a cobrir-se de glória nos anais do Supremo nos quesitos vergonha, desmoralização, politicagem, corporativismo e pugilato.

Ardilosa ao lidar com uma das maiores bombas dentro do STF, a polêmica prisão de condenados após sentença de segunda instância, a presidente Cármen Lúcia causou uma insurreição entre os colegas. Foi praticamente chamada em público de sem palavra pelo decano da Corte e escapou por um fio de ser posta na parede pelo plenário

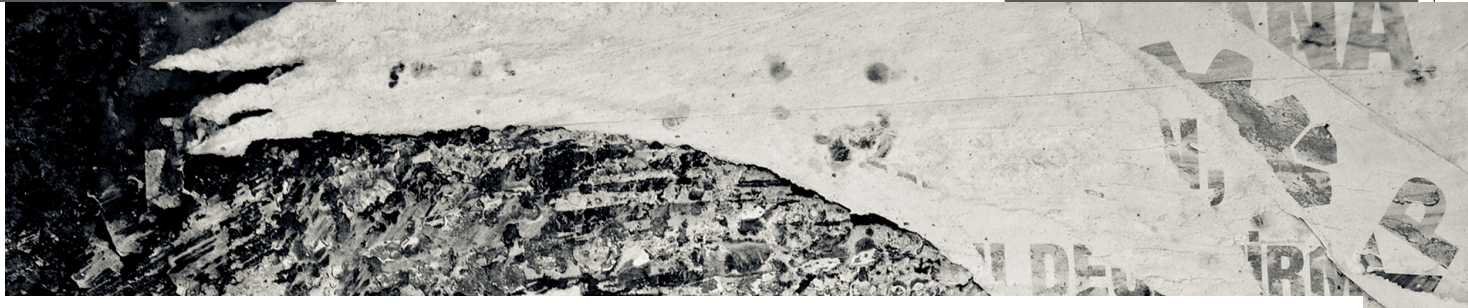
diante das câmeras de tevê. Tudo por não querer parecer ter feito algo em socorro do ex-presidente Lula, embora tenha agido de forma diversa quando seu conterrâneo tucano Aécio Neves esteve no aperto em outubro. Resultado: a mineira é hoje uma figura isolada na corte, em seu gabi-

nete correram murmúrios sobre ela renunciar ao comando do Supremo e ser preciso convencê-la do contrário.

Os juízes Luís Roberto Barroso, líder do grupo linha-dura, e Gilmar



Useiro e vezeiro, o STF. A capa é de julho passado. Agora Barroso e Mendes partem para um entrevero de arrabalde



No dia da execução de Marielle, Temer imita Carlitos com uma bola de basquete



**A ALTA CORTE
CANDIDATA-SE
À "FRAMBOESA
DE OURO"
JUNTAMENTE COM
O MAIS IMPOPULAR
PRESIDENTE
DA HISTÓRIA
QUE PRETENDE
A REELEIÇÃO**

Mendes, defensor dos amigos políticos encrencados na Operação Lava Jato, transformaram o STF de novo numa bodega. Voltaram a quebrar o pau em uma sessão, com ofensas provavelmente inéditas no tribunal, cenas transmitidas ao vivo para o Brasil pela TV Justiça. Enquanto isso, na moita, Luiz Fux, que acumula o cargo de presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o TSE, agia com sucesso para tirar de cena o julgamento daquela mordomia de 4,3 mil mensais chamada auxílio-moradia, paga a todos os juízes e procuradores desde setembro de 2014 graças a uma liminar dele.

Não é à toa que em julho de 2017 a reportagem de capa de *CartaCapital* dizia: "Suprema piada". Será que com o mais recente conjunto da obra o tribunal quis disputar com Michel Temer o Framboesa de Ouro, aquele troféu

primeiro dia do luto nacional pela execução da vereadora Marielle Franco havia promovido um ato no Palácio do Planalto, brincava risonho com uma bola de basquete e comentava ser "uma das solenidades mais alegres, mais produtivas, mais frutuosas de todas aquelas que nós já realizamos aqui neste plenário".

Do outro lado da Praça dos Três Poderes, o caldeirão de Cármen começou a ferver logo após a apelação do ex-presidente Lula ter sido rejeitada, em 24 de janeiro, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Naquele momento já dava para imaginar que Lula recorreria ao STF para não ser preso. Cinco dias depois, Cármen jantou em um restaurante chique de Brasília, com uns jornalistas e empresários. Comentou que seria "apequena" o

VALTER CAMPANATO/ABR

CARTACAPITAL 28 DE MARÇO DE 2016 21

Supremo usar um caso específico, o de Lula, para rever a decisão de outubro de 2016 que liberou a prisão após a segunda instância. Por aqueles dias, ela parecia testar a reação da mídia à revisão. Seus assessores sopravam a jornalistas que Cármen colocaria o tema na pauta do plenário em março. Já havia uma pressão interna por outro julgamento, desde dezembro duas ações a respeito estavam prontas para uma decisão.

Em 2 de fevereiro, os advogados lulistas entraram no Supremo com um *habeas corpus* preventivo. O juiz Edson Fachin, que cuida dos processos da Lava Jato, negou a liminar uma semana depois. Mas abriu caminho para uma solução. Em seu despacho, liberou “de imediato o feito para inclusão em pauta, em dia de julgamento a ser designado pela Presidência”. Cármen não deu bola, não pautou o HC. Em Brasília, há quem diga que ela tem má vontade com o PT, por ter se desiludido com os governos petistas. Se não queria arriscar a própria imagem por algo em favor Lula, uma outra saída lhe foi sutilmente oferecida por Ricardo Lewandowski. Em 20 de fevereiro, com o apoio da Segunda Turma, o juiz mandou ao plenário dois *habeas corpus* de condenados que tentavam evitar prisões após a segunda instância. Julgá-los poderia ter efeito sobre Lula sem o petista na pauta.

Lewandowski tem boas relações com Lula e integra a ala do STF inconformada com a prisão de condenados após a

**DIA 19 PASSADO,
COMO NÃO PODIA
DEIXAR DE SER,
A PRESIDENTE
CHAMOU A GLOBO
PARA DIZER QUE
NÃO ARREDARIA PÉ**

segunda instância, detenção autorizada pelo tribunal por apertados 6 votos a 5. Ele anda perplexo com Carminha. Em 1º de março, a juíza recebeu no gabinete da Presidência a senadora Gleisi Hoffmann, presidente do PT, e ouviu cobranças para pôr em votação o tema “prisão após a segunda instância” ou o HC de Lula. Cármen pediu a Lewandowski para ir à sala dela sem dizer que Gleisi estaria por lá. Dias depois, corria na mídia que o juiz tinha comandado a invasão da Presidência por petistas. Cármen não fez esclarecimentos públicos. Em 8 de março, teve de engolir uma nota de Lewandowski divulgada “com o objetivo de impedir a disseminação de notícias falsas (*fake news*)”, a explicar o ocorrido.


Apesar dos pedidos internos e externos para marcar novo julgamento da prisão antecipada ou do HC de Lula, Cármen resistia. Em 13 de março, foi à *Folha* e declarou: “Eu simplesmente não me submeto a pressão”. Não? E o caso

Renan Calheiros, afastado do comando do Senado em dezembro de 2016 por uma liminar do STF, decisão revertida em plenário pois ela cedeu à pressão? Naquele mesmo dia 13, Lewandowski pegou de volta para seu gabinete os dois *habeas corpus* que havia oferecido a Cármen como saída. Ele e outros juizes, como Mendes e Marco Aurélio Mello, passaram a articular uma forma de derrotar a presidente em plenário, na frente da tevê. O objetivo seria forçar a votação, contra a vontade da presidente, daquelas duas ações que acabam com a prisão após a segunda instância, prontas desde dezembro. Jamais um presidente do Supremo viveu uma situação dessas.

Celso de Mello, há 28 anos no STF, procurou Cármen para alertá-la do motim. A dupla se dá bem. Segundo uma pessoa que trabalha com ela, Cármen pediu ao decano para não se aposentar. A saída compulsória chega em 2020, mas há tempos circula em Brasília a hipótese de ele antecipar as coisas, devido à saúde. Hoje, só anda de bengala. É nele que a mineira mais busca conselhos e apoio. O decano é um dos descontentes com a prisão de condenados após a segunda instância, chamada por ele de “esdrúxula”. Por sua relação com ela e sua posição sobre essas prisões, Mello era a pessoa ideal para alertar Cármen. Foi ao gabinete dela quarta-feira 14 à noite e sugeriu-lhe conversar com toda a Corte, “para evitar uma exposição indevida da presidente, para evitar que a presidente sofresse, digamos, uma cobrança inédita

Marco Aurélio Mello e Lewandowski, entre outros, articularam para derrotar Carminha diante da TV






Esta senhora triste já disse que não pretendia "apequenaar" o STF. E quanto a ela mesma?

na história do Supremo". Uma cobrança preparada para o dia seguinte.

Mais cedo na quarta 14, Cármen tinha recebido 13 deputados, entre eles os líderes do PT, Paulo Pimenta, do PDT, André Figueiredo, do PCdoB, Orlando Silva, do PSOL, Ivan Valente. De novo foi solicitada a tomar providências sobre prisões de segunda instância. Wadih Damous, ex-presidente da OAB no Rio e hoje deputado petista, estava na reunião e conta: Cármen jogou a responsabilidade sobre o julgamento do HC de Lula para Fachin, o relator. Este anda furioso, a falar cobras e lagartos de Cármen, por achar-se atirado aos leões. Em 16 de março, ele deu um novo despacho sobre o HC de Lula e repetiu: "Aguarde-se designação de julgamento a critério da Presidência". Quando na quarta-feira 21 Cármen anunciou o julgamento para o dia seguinte, Damous estava no STF. "Não é um comportamento que se espera de um presidente do Supremo. Ela trouxe a crise para dentro do Supremo."

Crise que o papo com o decano só piorou. Cármen topou sentar-se com os colegas na terça-feira 20, mas não chamou ninguém para a reunião. "Isso significa que ela não se mostrou interessada", afirmou Celso em público no dia seguinte, enquanto a assessoria de Cármen



Celso de Mello cuidou de alertar a presidente do motim a bordo

dizia que ela achou que o convite partiria do colega. Na segunda-feira 19, a mineira tinha aberto as portas à Rede Globo, que usa sempre para dar recados na hora do aperto, e tascou: nada de rever o julgamento da prisão em segunda instância. "A matéria está decidida", disse, e tem garantido o avanço de operações de combate à corrupção, como a Lava Jato. Faria sentido revisar o tema apenas se tivesse havido mudança significativa na composição do tribunal desde 2016. Foi a gota d'água para a insurreição.

Na sessão plenária da quarta-feira 21, Cármen seria confrontada pelo vice-decano, Marco Aurélio Mello, há 27 anos na corte. Ele apresentaria aquela "inédita" questão de ordem para tentar fazer o plenário derrotar Cármen e forçar a revisão. Ele é contra tais detenções. É a seus cuidados que estão as duas ações que liquidam o assunto, e também foi ignorada por Cármen ao liberá-las em dezembro para votação. Marco Aurélio foi o único do STF citado pelo nome por Sergio Moro que retrucou diante da tentativa do juiz de Curitiba de pressionar o Supremo, mas pelo outro lado, para não haver revisão. A ousadia consta de um despacho

da segunda-feira 19, em que Moro mandou prender um empreiteiro e chamou de “desastrosa” uma eventual revisão pelo STF. “Tempos estranhos. Juiz de primeiro grau fazendo apelo a ministro do Supremo”, reagiu Marco Aurélio.

Moro não é o único a apelar. Os juízes federais fizeram o mesmo, com protestos e paralisações em 15 de março, para o Supremo não julgar o auxílio-moradia. O lobby da toga triunfou. Enquanto o tribunal pegava fogo por causa de Cármen, Lula e prisões, Luiz Fux, o juiz-sindicalista, pedia de volta para seu gabinete um pacote de ações sobre a mordomia que seriam julgadas na quinta-feira 22. Na antevéspera, havia recebido uma proposta da AMB, a associação dos magistrados estaduais, para que houvesse uma negociação fora do STF, em uma arbitragem. De um lado, várias entidades de juízes e de procuradores. Do outro, a AGU, a advocacia do Estado. A AGU topou, e na quarta-feira 21 Fux autorizou a arbitragem. Vitória do privilégio, derrota do País e da transparência.

Para evitar ser confrontada pela questão de ordem de Marco Aurélio naquele mesmo dia, Cármen abriu a sessão a anunciar para o dia seguinte o julgamento do HC lulista. O petista estava nos Pampas, em mais uma caravana, na qual encontrou-se com José Mujica, ex-presidente do Uruguai. Se não arrancasse o HC no STF, poderia ser preso na segunda-feira 27, data marcada para a última

O PROFESSOR HÜBNER ESCREVEU: “NA PRÁTICA, OS MINISTROS DO SUPREMO AGRIDEM A DEMOCRACIA”

decisão do TRF1 sobre seus recursos contra a condenação, ou no dia seguinte. Na quinta-feira 22, o STF decidiu que o HC era válido e podia ser votado. Mas adiou a decisão para 4 de abril. Até lá, Lula não pode ser preso. Apesar do gesto de Cármen, Marco Aurélio chiou. “Tarde, urge” votar as duas ações prontas desde dezembro, disse ele, “fica o apelo que faço como relator para que se afaste esse impasse”. Coisa parecida havia sido dita em um HC coletivo ajuizado no STF no dia 16 por advogados do Ceará. O alvo era Cármen, acusada de “exorbitância”, “ato omissivo” e “coação ilegal”, por não pôr em pauta a ação sobre as prisões em segunda instância.

Anunciada a votação do HC lulista, a sessão do STF seguiu até virar um botequim. Diante de estudantes de Direito entre risonhos e espantados, o pau comeu por dois minutos entre Mendes e Barroso. Culpa do primeiro, que fustigou

o segundo. O Supremo, disse o juiz-empresário, precisa estar atento a “manobras” capazes de liberar o aborto com o voto de dois juízes. Isso já ocorreu antes graças a Barroso. Este revidou ferozmente. “Me deixa de fora desse seu mau sentimento, você é uma pessoa horrível, uma mistura do mal com atraso e pitadas de psicopatia”, disse, a descrever Mendes como dado a “ofensas, grosserias”, dono de “temperamento agressivo, rude”. “Vossa Excelência nos envergonha”, “é uma desonra para o tribunal”, “sozinho desmoraliza o tribunal”. E arrematou: “Está sempre atrás de algum interesse que não é o da Justiça. Uma coisa horrorosa, uma vergonha, um constrangimento”.

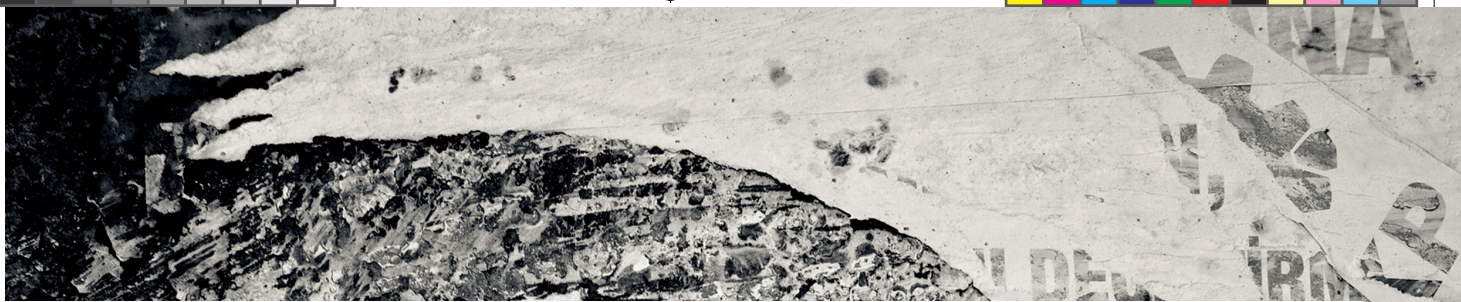
Diante do espetáculo, Cármen declarou a sessão suspensa. Coitada. Mendes não aceitou e falou por cima dela. “Presidente, eu estou com a palavra e continuo, presidente. Continuo com a palavra, presidente, eu continuo com a palavra. Presidente, eu vou recomendar ao ministro Barroso que feche seu escritório, feche seu escritório de advocacia.” Um juiz não pode acumular a função como uma banca privada, como o dono do IDP sabe. Mais tarde, Barroso mandou uma carta a Cármen para dizer que tinha fechado a sua.

“A sessão ficou suspensa por quase uma hora.” Nem bem a confusão havia terminado, o deputado-advogado-procurador Dagoberto Nogueira Filho, de Mato Grosso do Sul, pediu à assessoria técnica de seu partido, o PDT, que estudasse como propor o impeachment de Mendes.

Fachin julgou-se atirado aos leões, enquanto Fux exibe sua vocação de juiz-sindicalista



RICARDO STUCKERT, NELSON JUR/STF E CARLOS MOURA/STF



Lula vai adiante e encontra Mujica ao longo da caravana sulista

Mais um pedido, diga-se. “Juiz não é para dar palpite, é para falar nos autos. Se o ministro Gilmar tem lado, que saia do Supremo e se filie a um partido”, afirma o deputado, a ver o STF “muito politizado”, e não é de hoje, nem por obra apenas do juiz-empresário.

Foi o segundo pugilato plenário da dupla. Em outubro passado, o juiz de Diamantino cutucou o colega ao proclamar um voto, o de Vassouras acusou-o de “fazer comício”, de ficar “destilando ódio”, Mendes falou no “mensalão” do PT e no indulto natalino de Dilma Rousseff a José Dirceu, materializado numa ação aos cuidados de Barroso, este disparou que “Vossa Excelência muda a jurisprudência de acordo com o réu”, “tem leniência em relação ao crime do colarinho-branco”, “isso não é Estado de Direito, é estado de compadrio”, e por aí afora.

Mendes parece tentar desestabilizar o colega. Será porque Barroso inferniza Temer na investigação do decreto portuário? Mendes é amigo e conselheiro do presidente, vive em convescotes com ele. Barroso nutre sentimentos opostos. Em 7 de março, a AGU comemorou 25 anos com um evento em Brasília. Barroso tinha sido convidado. Ao chegar, soube que Temer estaria. Mandou o motorista dar meia-volta. Perdeu a chance de ver Cármen Lúcia derreter-se diante do presidente, por quem tem apreço. Em 10 minutos de discurso, ela citou Temer seis vezes, parecia ele o aniversariante. Contou que ao entrar na carreira de procuradora em Minas Gerais, em 1983, Temer era chefe da Procuradoria-Geral paulista e lhe ajudou, foi seu professor etc. Essas declarações tornam ainda mais espantoso o encontro que os dois tiveram na casa de Carminha no sábado 10. Um juiz receber em casa um amigo

investigado na Corte da qual faz parte e que pode um dia vir a julgá-lo?

Em 28 de janeiro, o professor de Direito na USP Conrado Hübner Mendes publicou um artigo na *Folha* duríssimo contra o Supremo, a merecer inclusive uma resposta de Barroso. Intitulava-se “Na prática, os ministros do Supremo agridem a democracia”. Hübner teorizava que o tribunal se tornou um cada um por si, com decisões ao sabor das paixões de cada juiz, visão que tem se espalhado entre acadêmicos, vide o livro *Os Onze Supremos*, da FGV Direito Rio. “O tribunal foi capturado por ministros que superestimam sua capacidade de serem levados a sério e subestimam a fragilidade da Corte”, escreveu Hübner. “Que tenhamos perdido a reverência pelo STF é um ganho de maturidade política. Que estejamos perdendo o respeito é um perigo que o tribunal criou para si mesmo.” •

